



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

**Caroline Nascimento Alves**

**A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM O  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

**Rio de Janeiro**

**2022**

**Caroline Nascimento Alves**

**A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM O  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

**Monografia apresentado à Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo  
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial  
para aprovação no Curso Técnico em Análises  
Clínicas.**

**Orientador(a): Prof. Dra Anakeila de Barros Stauffer**

**Rio de Janeiro**

**2022**

*Dedico esse trabalho a todos os profissionais da educação, especialmente aos que se dedicam à Educação Especial e contribuem para a Educação Inclusiva, que viabiliza o acesso à educação para todas as crianças.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me sustentou e me deu forças durante todo o período de conclusão de curso e da escrita desse projeto.

Agradeço aos meus pais, que proveram meu sustento, me incentivaram, apoiaram e sempre estiveram por mim em todas as minhas escolhas de minha vida.

Agradeço às minhas irmãs pela presença leve e as descontrações quando estive preocupada demais com minha formação.

Um agradecimento mais que especial à minha orientadora, Anakeila de Barros Stauffer, por me auxiliar e incentivar durante toda escrita desse projeto, por ter topado me orientar mesmo com o prazo curto, corrigir todos os meus erros pacientemente, além de me tranquilizar sempre e contribuir com a escrita desse projeto compartilhando comigo sem hesitações seu saber e conhecimento na área.

Agradeço a todos os meus amigos da Politécnica, por serem apoio e descontração durante os quatro anos de curso, e por estarem sempre comigo em todos os momentos.

Agradeço a todo corpo docente da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, que se dedicaram no processo de transposição didática e na transformação do conhecimento científico em saber.

Um agradecimento especial para Fernanda Bottino e Tainah Galdino, que me guiaram durante todo o processo de escrita desse projeto e foram peças fundamentais para o desenvolvimento do mesmo.

Por fim, agradeço à minha banca de qualificação, composta por Karine Serpa, Anakeila Stauffer e Fernanda Bottino, pela avaliação cuidadosa do meu pré-projeto, pelas contribuições e críticas construtivas, que também foram fundamentais para o pleno desenvolvimento do projeto.

*Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.*

(Paulo Freire, 2003)

**RESUMO:**

O projeto objetiva investigar a inclusão educacional de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares, a fim de contribuir para o desenvolvimento desses estudantes e de profissionais da área da educação, visando a constituição de escolas mais democráticas que incorporem a diversidade humana como elemento instituinte em sua organização. Buscaremos compreender os conceitos e características do TEA; debater o conceito de inclusão educacional; e identificar estratégias de inclusão realizadas por escolas regulares no processo de inclusão de pessoas com TEA. Metodologicamente, desenvolveremos pesquisa bibliográfica, realizando revisão da literatura nas bases de dados Lilacs e Scielo, tendo como referência os descritores TEA, inclusão educacional, estratégias de inclusão de crianças autistas. Investigaremos as legislações educacionais que garantam o direito à escolarização para educandos/as com TEA no ensino regular, a fim de se aprofundar nas políticas públicas destinadas a esta população.

**Palavras-chave:** Inclusão educacional; Transtorno do Espectro Autista; Estratégias de inclusão.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ABA</b>	<b>Applied Behavior Analysis</b>
<b>APA</b>	<b>American Psychiatric Association</b>
<b>CENESP</b>	<b>Centro Nacional de Educação Especial</b>
<b>CID</b>	<b>Classificação Internacional de Doenças</b>
<b>Ciptea</b>	<b>Carteira de Identificação da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista</b>
<b>DSM</b>	<b>Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais</b>
<b>ECA</b>	<b>Estatuto da Criança e do Adolescente</b>
<b>PCD</b>	<b>Pessoa com Deficiência</b>
<b>QI</b>	<b>Quociente de Inteligência</b>
<b>TA</b>	<b>Tecnologia Assistiva</b>
<b>TEA</b>	<b>Transtorno do Espectro Autista</b>
<b>TEACCH</b>	<b>Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à Comunicação</b>
<b>TID</b>	<b>Transtorno Invasivo do Desenvolvimento</b>

## SUMÁRIO

### RESUMO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>03</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	04
<b>2. COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA</b> .....	<b>08</b>
<b>3. INCLUSÃO: Como chegamos a ela? O que significa?</b> .....	<b>12</b>
3.1 ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO .....	15
<b>4. CONCLUSÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>19</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A temática da inclusão, assim como sua prática, se trata de uma realidade mundial, uma luta de muitas pessoas com deficiências e necessidades específicas pela garantia e efetivação de seus direitos por um lugar digno e respeitoso na sociedade.

Principalmente na educação pública, seja em razão de algum transtorno, deficiências ou síndromes, pessoas diferentes acabam desfavorecidas durante seu processo de formação, por não serem assistidas corretamente, por falta de suporte, principalmente em sala de aula.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), objeto de estudo desse trabalho, vem crescendo cada vez mais por todo mundo. Geralmente identificado durante a infância, pode afetar qualquer indivíduo independente de sua raça, classe ou cultura. Sua causa e/ou cura ainda não são conhecidas, a variação de severidade dos sintomas só o transforma em um transtorno mais amplo, tendo em vista que, indivíduos com o mesmo diagnóstico podem apresentar manifestações clínicas muito diferentes, sendo, por isso, denominado como um espectro.

As crianças acometidas por esse transtorno se destacam devido às suas dificuldades de interação social, de adaptações e de comportamentos típicos, e em sala de aula, essas questões tendem a se destacar e intensificar. A escolarização se mostrou uma estratégia mais que importante para o desenvolvimento de pessoas com o TEA, sendo um fator positivo para seu prognóstico.

Mesmo em passos lentos, as políticas públicas têm avançado a favor da educação inclusiva e o Brasil é signatário da Declaração de Salamanca, documento elaborado em 1994, na Espanha, importante para a discussão e a efetivação dessa perspectiva. A partir dessa Declaração, várias normativas e algumas práticas foram instituídas para que as pessoas com deficiência não ficassem apartadas da sociedade e em instituições segregadoras. Amplia-se também o debate sobre os direitos dessas pessoas e o dever da sociedade em se preparar para inclui-las em todos os processos.

O princípio básico da educação inclusiva surge em nome da diversidade, justamente pensando em atender, democratizar, incluir e garantir o acesso à educação aos indivíduos que possuam necessidades especiais, buscando proporcionar igualdade de direitos e acessibilidade para todos e todas. Esta vem trazendo uma compreensão diferenciada sobre o que se subentende como escola, inovando possibilidades de interação social e diversas formas de aprendizagem entre neuroatípicos e neurotípicos, de maneira respeitosa, contribuindo para que todos aprendam através da diversidade humana, entendendo como respeitar e conviver com o próximo, mesmo que diferente.

## 1.1. JUSTIFICATIVA

Embora não seja tanto tempo, quase oito décadas deveriam ser suficientes para a sociedade saber sobre e entender do que se trata o autismo, a fim de que atitudes, comportamentos opressores e preconceituosos não fossem uma realidade a ser reproduzida junto às pessoas acometidas por esse transtorno. Portanto, o principal fator motivador para a realização desse estudo é caracterizado pela falta de informação social a respeito da inclusão de crianças com o espectro autista e, para além disso, sua inclusão no âmbito educacional.

O que me despertou o interesse por esse tema de pesquisa foi o estranhamento por nunca ter conhecido e, de certa forma, me relacionado com autistas em sala de aula, ou no ambiente escolar, trazendo em consideração o fato de conhecer vizinhos e amigos de comunidade religiosa que são responsáveis por crianças autistas, e assisti-los receosos pela condição neuro-atípica de seus filhos e filhas, visto que esses deveriam ser contribuidores da propagação de informações quanto à conscientização da inclusão social dessas pessoas em todas as áreas.

Assim, nesse estudo buscamos pesquisar estratégias de inclusão educacional que possam contribuir para o processo de aprendizagem da criança autista nas escolas regulares, para que a exclusão dessas crianças seja diminuída, sem desconsiderar as especificidades em seu desenvolvimento.

Por outras palavras, esse estudo visa contribuir também com o acesso à informação sobre a inclusão educacional, não apenas para as pessoas que estão começando a se relacionar com indivíduos do espectro autista de modo informal, em seu cotidiano, mas também junto aos professores, escolas, e todos que desempenham funções públicas, tais como policiais, guardas, atendentes e profissionais que trabalham na área da saúde e em áreas de desenvolvimento social.

No que tange à metodologia, o projeto se baseou na abordagem qualitativa, sendo realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica por meio de revisão sistemática da literatura, sendo praticada a leitura sucessiva e criteriosa dos materiais resgatados para a obtenção e a análise das informações necessárias para o desenvolvimento desse projeto, e seguindo um desenho metodológico.

Os critérios de leitura para a investigação dos materiais se desenvolveram a partir de: leitura de reconhecimento do material bibliográfico; leitura exploratória; leitura seletiva; leitura reflexiva/crítica e leitura interpretativa. De maneira breve, nas duas primeiras fases de leitura foram identificados os materiais que possuíam dados e informações referentes ao tema dessa pesquisa, uma leitura rápida foi executada para identificar se a obra foi interessante para a

mesma, e nesse momento, os sumários dos materiais foram estudados (LIMA e MIOTO, 2008.) Na terceira fase, a leitura buscou identificar se, de fato, as informações antes exploradas acrescentaram no estudo e foram relevantes para o mesmo. Na última fase, selecionou-se as informações obtidas no material, e as ideias dos/as autores/as com o objeto desse estudo, realizando-se a escrita do presente trabalho (LIMA e MIOTO, 2008).

Os materiais bibliográficos foram obtidos por meio da busca nas bases de dados Lilacs e Scielo, tendo como referência os descritores transtorno do espectro autista (TEA), inclusão educacional e inclusão de crianças autistas.

Nos quadros apresentados abaixo, relacionamos os livros, artigos e documentações fichados nos processos de leitura exploratória e seletiva.

**QUADRO 1 - CONJUNTO DE ARTIGOS E LIVROS INCLUÍDOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>	<b>Autores</b>
“O desenvolvimento e a educação da criança autista”	1995	COLL, C; PALÁCIOS, J; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educacional – necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 272-291.	RIVIÈRE, Angel.
A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar	2002	Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade LEPED/UNICAMP. Disponível em:< <a href="http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm">http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm</a> >. Acesso em: 19 de julho de 2021.	MANTOAN, Maria Teresa
A educação de pessoas com desordens do espectro autístico e dificuldade semelhantes de aprendizagem.	2003	Temas sobre Desenvolvimento	NILSSON, Inger
“INCLUSÃO ESCOLAR: O que é?”	2003	INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, pp. 13-17. Disponível em:< <a href="https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf">https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf</a> > Acesso em: 18 de outubro de 2021.	MANTOAN, Maria Teresa Eglér

O que é a escola a partir do sentido construído por alunos	2011	São Paulo: Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Disponível em: < <a href="https://www.scielo.br/j/pee/a/cFhY4m7NZp6Q3YCCxgtMkcb/?lang=pt&amp;format=pdf">https://www.scielo.br/j/pee/a/cFhY4m7NZp6Q3YCCxgtMkcb/?lang=pt&amp;format=pdf</a> > Acesso em: 18 de outubro de 2021.	MARQUES, Patrícia Batista; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira.
A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5	2014	Rev. bras. ter. comport. cogn. São Paulo < <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S151755452014000100007&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S151755452014000100007&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a> >. Acesso em: 25 de julho de 2021	ARAUJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco.
Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil.	2016	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. Disponível em: < <a href="https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000200005">https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000200005</a> >. Acesso em: 25 julho de 2021.	BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto.
A inclusão de autista nas salas de aulas normais: desafios e possíveis maneiras de vencê-los.	2019	Revista Caparaó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte	SILVA, Gabriela Maia
Espectro autístico e suas implicações educacionais.	-	Revista Simpro	MOUSINHO, Renata; GIKOVATE, Carla.

Fonte: Quadro elaborado pela autora

#### QUADRO 2 – DOCUMENTOS LEGISLATIVOS UTILIZADOS NA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Título	Nº/Ano	Referência
Estatuto da Criança e do Adolescente	Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990	<a href="https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf">https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf</a>
Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais	1994	UNESCO
A Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.	<a href="http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm">http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm</a>

Fonte: BRASIL, 1990; 1994; 2015.

O primeiro capítulo deste projeto buscou compreender os conceitos e características do transtorno do espectro autista, a fim de possibilitar maior acesso à informação às pessoas. No segundo, apresentamos o conceito de inclusão, delineando o significado da inclusão educacional, tentando contribuir para que todos possam aprender a partir das diferenças humanas. Pesquisamos algumas legislações que garantam a inclusão das pessoas com TEA, a fim de garantir seus direitos à inclusão. Por fim, buscamos identificar e pensar estratégias de inclusão que possam ser realizadas por escolas regulares no processo de inclusão de pessoas com o TEA.

## 2. Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista

Este capítulo tem por objetivo compreender os conceitos e características do transtorno do espectro autista, a fim de possibilitar maior acesso à informação às pessoas. Para tanto, buscamos apresentar as conceituações históricas em torno do autismo, e os critérios diagnósticos desse transtorno.

Há cerca de 78 anos, crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) começaram a ser observadas e estudadas pelo psiquiatra austríaco que residia nos Estados Unidos, Leo Kanner. Em seu artigo intitulado "Alterações autistas do contato afetivo" (1943), Kanner buscou constituir um diagnóstico que justificasse as alterações presentes no desenvolvimento infantil, tais como as interações sociais, a comunicação, as adaptações e os comportamentos.

O termo "autismo" é proveniente da psiquiatria destinada ao tratamento de adultos, sendo empregado pela primeira vez pelo psiquiatra Beutler (1911), que fazia estudos com pacientes esquizofrênicos. Este termo foi tomado emprestado por Kanner, já que era usado para se referir à tendência de pacientes com esquizofrenia à perda de contato com a realidade (apud COLL, C; PALÁCIOS, J; MARCHESI, A, 1995).

O TEA é caracterizado como uma especificidade que se baseia em uma desordem do desenvolvimento, e isso resulta em diferentes estilos cognitivos, afetando a aprendizagem social. O autismo pode afetar ou não o nível intelectual, apresentando sim, em alguns indivíduos o retardo mental<sup>1</sup> - deficiência intelectual -, enquanto outros podem apresentar um Quociente de Inteligência (QI) completamente normal ou acima da média (NILSSON, 2003).

Visando facilitar o estabelecimento de diagnósticos confiáveis de diversos transtornos, a American Psychiatric Association (APA) elaborou o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), sendo publicada em 1953 sua primeira edição. Até 1980, o autismo ainda era considerado uma entidade junto à esquizofrenia e outras psicoses e, apenas em 1987, na terceira edição manual, o DSM-III-R é instituído e estabelecido dois diagnósticos, entregues pelo termo Transtorno Invasivo (ou global) do Desenvolvimento (TID): *autismo; e transtorno invasivo (ou global) do desenvolvimento não-especificado*.

A grande variabilidade de manifestações comportamentais e padrões de comportamentos autísticos transformaram o termo TID o mais apropriado, tendo em vista, que este é instaurado apenas como uma tentativa de suprir as necessidades científicas de pesquisa,

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pelo autor na data em que o artigo citado nesta referência, foi publicado.

permitir o desenvolvimento de serviços que atendam às necessidades de pessoas com o TEA e/ou distúrbios do desenvolvimento relacionados (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004)

Em sua quarta edição, o DSM-IV (1994) traz para o autismo definições mais criteriosas, com grau elevado de especificidade, mais compreensível e atento às diferentes faixas etárias e, aliado a isso, passa a entender como subdivisões do TEA apenas prejuízos na linguagem funcional e deficiência intelectual, a fim de facilitar o diagnóstico do autismo e simplificar sua codificação na Classificação Internacional de Doenças (CID), simplificando também o acesso aos serviços de saúde.

Uma das características do espectro autista se refere às dificuldades de comunicação, seja ela verbal ou não verbal, principalmente em crianças. Por estarem em fase de desenvolvimento, essa se torna uma questão ainda maior, já que as crianças são mais propensas a desenvolver a linguagem imatura, podendo algumas delas não desenvolverem habilidades de comunicação alguma. Dentro da dita linguagem imatura, são consideradas características da fala da pessoa com o TEA, jargão<sup>2</sup>, ecolalia<sup>3</sup>, prosódia<sup>4</sup>, e dentre as dificuldades existem questões com as habilidades sociais que juntamente à fala são muito presentes, não somente na infância, mas bem como, na vida da pessoa com TEA. A incapacidade de estabelecer interações sociais recíprocas, demonstração de afeto, falta de empatia social, pouco ou nenhum contato visual, são alguns exemplos.

Outras características presentes em pessoas com TEA podem ser as estereotípias motoras, verbais e repetições. Estes padrões de comportamento, juntamente à fala, alteram a rotina da pessoa autista. Normalmente esses padrões são perceptíveis em crianças por se apresentarem na maioria das vezes em forma de brincadeiras, como, organizar e alinhar os brinquedos de alguma forma padrão criada pela mesma, fixação por peças – ou qualquer outro brinquedo de formato diferente e que girem –, apego excessivo por objetos, executar movimentos como bater palmas e se balançar repetitivamente, andar em círculos, repetições da fala – alguma frase ou palavras com entonação específica –, são consideradas manifestações estereotipadas muito comuns no TEA (NILSSON, 2003).

Algumas pessoas com autismo podem apresentar sensibilidade sensorial, auditiva e dificuldades no contato olho a olho, logo, toques muito fortes ou muito leves podem ser

---

<sup>2</sup> Se caracteriza por apresentar uma linguagem viciada, disparatada, que revela conhecimento imperfeito de uma língua.

<sup>3</sup> Se refere ao hábito ou mania de repetir palavras.

<sup>4</sup> São características da emissão dos sons da fala, como o acento e a entoação.

incômodos, barulhos altos, múltiplos e contínuos também podem resultar em estresse para a pessoa com o TEA.

Devido às dificuldades nas interações e na leitura de comportamentos sociais, uma pessoa com TEA pode não conseguir compreender as intenções alheias por meio do olhar, e apresentar dificuldades em relação às demonstrações e compreensão de sentimentos – o que pode parecer que há indiferença por parte da pessoa autista.

Os critérios utilizados, até o ano de 2013, para diagnosticar autismo estão descritos no DSM-IV, conforme apresentamos a seguir (**Tabela 1**).

---

**Tabela 1 – Critério diagnóstico para distúrbio autista (DMS-IV – 1994)**

---

**A.** Pelo menos seis dos 12 critérios abaixo, sendo dois de (1) e pelo menos um de (2) e (3).

**1)** Déficits qualitativos na interação social, manifestados por:

- a) dificuldades marcadas no uso de comunicação não-verbal
- b) falhas do desenvolvimento de relações interpessoais apropriadas no nível de desenvolvimento
- c) falha em procurar, espontaneamente, compartilhar interesses ou atividades prazerosas com outros
- d) falta de reciprocidade social ou emocional

**2)** Déficits qualitativos de comunicação, manifestados por:

- a) falta ou atraso do desenvolvimento da linguagem, não compensada por outros meios (apontar, usar mímica)
- b) déficit marcado na habilidade de iniciar ou manter conversação em indivíduos com linguagem adequada

- c) uso estereotipado, repetitivo ou idiossincrático de linguagem
- d. inabilidade de participar imaginativas de forma variada e espontânea para o seu nível de desenvolvimento

**3.** Padrões de comportamento, atividades e interesses restritos e estereotipados:

- a) preocupação excessiva, em termos de intensidade ou de foco, com interesses restritos e estereotipados
- b) aderência inflexível a rotinas ou rituais
- c) maneirismos motores repetitivos e estereotipados
- d) preocupação persistente com partes de objetos

**B.** Atrasos ou função anormal em pelo menos uma das áreas acima presente antes dos 3 anos de idade

**C.** Esse distúrbio não pode ser melhor explicado por um diagnóstico de síndrome de Rett ou transtorno desintegrativo da infância

---

**Fonte:** Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento; Autism and pervasive developmental disorders. Carlos A. Gadia, Roberto Tuchman, Newra T. Rotta. 2004.

---

A partir do ano de 2022, há um novo Código de Classificação de Doenças que incide sobre o TEA. Desta forma, apresentamos a seguir um quadro comparativo entre o DSV IV e o DSM V e entre os CIDs 10 e 11.

## CLASSIFICAÇÃO DO AUTISMO

DSM IV	DSM V	CID 10	CID 11 <small>PARA 2022</small>
<b>Transtornos Globais do Desenvolvimento</b>	<b>Transtornos do Espectro Autista (TEA)</b>	<b>F84: Transtornos Globais do Desenvolvimento</b>	<b>6A02 Transtorno do Espectro do Autismo - (TEA)</b>
Transtorno Autista  Transtorno de Rett  Transtorno Desintegrativo da Infância  (síndrome de Heller, demência infantil ou psicose desintegrativa)  Transtorno de Asperger  Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação.	<b>Nível 1: Grau Leve (necessita de pouco suporte)</b> Com suporte, pode ter dificuldade para se comunicar, mas não é um limitante para interações sociais. Problemas de organização e planejamento impedem a independência.  <b>Nível 2: Grau Moderado (necessitam de suporte)</b> Semelhante às características descritas no nível 3, mas com menor intensidade no que cabe aos transtornos de comunicação e deficiência de linguagem.  <b>Nível 3: Grau severo (necessitam de maior suporte/apoio)</b> Diz respeito àqueles que apresentam um déficit considerado grave nas habilidades de comunicação verbais e não verbais. Ou seja, não conseguem se comunicar sem contar com suporte. Com isso apresentam dificuldade nas interações sociais e tem cognição reduzida. Também possuem um perfil inflexível de comportamento, tendo dificuldade de lidar com mudanças. Tendem ao isolamento social, se não estimulados.	<b>F84.0</b> Autismo Infantil  <b>F84.1</b> Autismo Atípico  <b>F84.2</b> Síndrome de Rett  <b>F84.3</b> Outro Transtorno Desintegrativo da Infância  <b>F84.4</b> Transtorno com Hipercinesia Associada a Retardo Mental e a Movimentos Estereotipados  <b>F84.5</b> Síndrome de Asperger  <b>F84.8</b> Outros Transtornos Globais do Desenvolvimento  <b>F84.9</b> Transtornos Globais não Especificados do Desenvolvimento (TID SOE).	<b>6A02.0</b> TEA Sem Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com Comprometimento Leve ou Ausente da Linguagem Funcional; <b>6A02.1</b> TEA Com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com Comprometimento Leve ou Ausente da Linguagem Funcional; <b>6A02.2</b> TEA Sem Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com Linguagem Funcional Prejudicada; <b>6A02.3</b> TEA Com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com Linguagem Funcional Prejudicada; <b>6A02.4</b> TEA Sem Desordem do Desenvolvimento Intelectual e com Ausência de Linguagem Funcional; <b>6A02.5</b> TEA Com Desordem Do Desenvolvimento Intelectual e com Ausência de Linguagem Funcional; <b>6A02.Y</b> Outro Transtorno do Espectro Do Autismo Especificado; <b>6A02.Z</b> Transtorno do Espectro Do Autismo, Não Especificado.

Caso não haja marcadores biológicos para obter o diagnóstico de uma pessoa com o TEA, há de se realizar um histórico por meio de observações do comportamento e entrevistas parentais em consultas de acompanhamento pediátrico. As primeiras manifestações clínicas do autismo não ocorrem por igual, e as peculiaridades no desenvolvimento da criança podem ser percebidas e diagnosticadas antes dos 36 meses de idade, ocasionando prejuízos adaptativos precoces, porém dificilmente se obtém o diagnóstico antes dos 12 meses. Os meninos são os mais propensos, visto que apenas uma menina a cada quatro meninos é diagnosticada (NILSSON, 2003).

O diagnóstico do autismo por conta de sua grande variedade de critérios diagnósticos, tende naturalmente a ser complexo, essa complexidade aumenta em pessoas de sexo biológico feminino, visto que, os casos de autismo nessas costumam ser mais graves, comprometedores e incapacitantes do que comparado aos casos em pessoas de sexo biológico masculino.

A detecção precoce do TEA ou de uma situação potencialmente evolutiva para o TEA tem por finalidade propor medidas interventivas e precoces pois, quanto mais cedo for identificado o diagnóstico, mais efetivas serão as intervenções terapêuticas e pedagógicas, visto a criança apresentar maior plasticidade cerebral. Isto pode ser um fator beneficiador para a pessoa autista em sua vida adulta, em sua cognição, no seu desenvolvimento social. Mesmo que não exista uma garantia de melhorias favoráveis, a previsão para as crianças nas quais foram precocemente diagnosticadas e que iniciam as intervenções desde seu resultado diagnóstico, são promissoras

### 3. INCLUSÃO: como chegamos a ela? O que significa?

Buscando conhecer para se traçar os caminhos para a efetivação da educação inclusiva de toda e qualquer pessoa, considerando que a diversidade é elemento constituinte da sociedade humana, é que esta pesquisa se propõe a investigar sobre a inclusão educacional de pessoas com o TEA.

Uma questão importante para se pensar a educação inclusiva é compreendermos o que é a escola. A escola pode ser descrita como um lugar no qual se cumpram as funções da educação e da aprendizagem dos conhecimentos, sejam artísticos, tecnológicos ou científicos (MARQUES e CASTANHO, 2011). No entanto, a organização do ensino curricular das escolas em disciplinas tem a tendência de fragmentar os conhecimentos, ao invés de relacioná-los. No ponto de vista da educação inclusiva, o conhecimento deve ser construído sem resistências e insubmisso ao que caracteriza o currículo regular do processo de escolaridade (MANTOAN, 2010), visto que o conhecimento não se constitui através de “caixas estanques” de compartimentos separados sobre a realidade, mas, ao contrário, o conhecimento é complexo e nos ajuda a compreender a totalidade da realidade ao qual estamos inseridos/as.

A distinção entre exclusão, segregação, integração e inclusão é o pontapé inicial para entender o processo de transformação necessário das escolas, para que possa ocorrer o acolhimento de todos e todas.

Da exclusão para a segregação<sup>5</sup> existe um longo percurso. Durante Idade Média – iniciada no século V e findada no século XV –, a sociedade dominada pela religião, entendia e associava o diferente à imagem demoníaca, já que, no ponto de vista religioso, o homem que seria como *imagem e semelhança de Deus* não poderia nascer em condições imperfeitas comparadas ao padrão comumente aceito. Logo, fugir do parâmetro de perfeição física e mental resultava em perseguições, julgamentos e até mesmo execução.

As ideias pós renascentistas chegam transformando as concepções sociais, trazendo e refazendo a consciência a respeito de doenças e deficiências mentais. Isso porque ao longo do século XIX até a primeira metade do século XX, os diferentes passam a ser inseridos e presos longe de suas famílias, privados de liberdade, em instituições assistenciais.

---

<sup>5</sup> Ato ou efeito de segregar (-se); afastamento, separação, isolamento, segregamento.

Ainda no período pós renascentista, isolamento das pessoas diferentes – entre outros fatores – começam a levantar questionamentos a respeito da institucionalização, o que resultou no início e nas organizações de associações parentais, familiares e inclusive os próprios diferentes tendo como intuito reivindicar e organizar as lutas por seus direitos e pelo lugar respeitoso dos diferentes na sociedade.

A partir de então, começa a ser pensado o processo de integração escolar que pode ser entendido apenas como a inserção da pessoa com deficiência na escola, após a seleção dos alunos mais aptos a serem inseridos, fazendo com que este discente se encaixe no sistema de aprendizagem da escola, e não o contrário, ou seja, que a escola se reorganize e se desafie a incluí-lo.

Em contraponto, o conceito de inclusão começa a surgir em território nacional brasileiro, na década de 1990, como um movimento educacional, questionando as políticas públicas e a organização da educação tanto especial como regular e, para além disso, o conceito de integração. Para ser possível a organização da educação em uma perspectiva inclusiva, é necessário que o sistema educacional considere as necessidades e especificidades de todos os alunos e alunas e se reestruture, para que a exclusão não ocorra durante momento algum no processo de aprendizagem. Outro ponto importante é que a inclusão não se resume apenas às pessoas com deficiência, mas considera todo/a e qualquer estudante (MANTOAN, 2003).

Sabemos, no entanto, que para se chegar a esse entendimento, muito caminho teve que ser percorrido – e muito ainda há a percorrer. Do ponto de vista das políticas públicas, a Educação Especial nem sempre foi considerada como parte do sistema educacional vigente. No ano de 1957, o poder público se aproxima da Educação Especial através da criação de campanhas que visavam atender especificamente cada deficiência. As propostas de *integração* são renovadas em 1972 pelo Conselho Federal de Educação, que entendeu a “educação de excepcionais” – antiga nomenclatura usada para se referir a alunos com alguma deficiência – como escolarização. Porém, outros órgãos federais não demonstraram interesse ou intenção de promover a escolarização de crianças com deficiência, impedindo possíveis inovações, como a inserção dessas crianças no processo de formação de ensino regular. Apenas no ano seguinte, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) – Decreto nº 72.425, de 30 de julho de 1973 –, e devido a uma parceria do Ministério da Educação, foram implantados os primeiros cursos de capacitação para professores na área de Educação Especial (MANTOAN, 2011).

A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu Art. 205, assegura como direito de todos e dever do Estado e da família, a promoção da educação, com a colaboração da sociedade, com intuito de fornecer o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) , Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990, em seu Art. 54, inciso primeiro, delinea-se que toda e qualquer criança tem o direito de ser matriculada no ensino regular, gratuitamente, para que inicie seu processo de formação, que é obrigação do Estado (BRASIL, 1990).

Como pontapé inicial para uma nova perspectiva sobre a educação para PCD, em 1994, na cidade de Salamanca (Espanha), elaborou-se um documento, intitulado Declaração de Salamanca, que visou a promoção da Educação Inclusiva em caráter mundial, sendo considerado um avanço para a Educação de pessoas com deficiência e todo aqueles que são excluídos do processo de ensino-aprendizagem nas escolas regulares. Ou seja, a Declaração de Salamanca se converte num importante passo para um novo ponto de vista sobre educação, no qual se norteia as atitudes necessárias para se obter e desenvolver uma educação de qualidade para todos (BREITENBACH; HONNEF; COSTAS, 2016).

As escolas devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças com deficiência e crianças superdotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 3)

As formações pedagógicas que provenham a garantia de compreensão e suporte para as todas as crianças através da educação também estão preconizadas na Declaração de Salamanca (1994).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no capítulo V, “Da Educação Especial”, em seu Art. 58, compreende a educação especial como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. No Art. 59 institui que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais,

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

No Art. 60, destaca que os órgãos normativos dos sistemas de ensino deverão estabelecer critérios para caracterizar as instituições privadas especializadas, sem fins lucrativos, para atuarem na educação especial e terem apoio técnico e financeiro pelo Poder público. Ou seja, há aí a possibilidade de privatização do atendimento. Contudo, no “Parágrafo único” delinea que a alternativa preferencial, por parte do poder Público deverá ser a ampliação do atendimento na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas no referido artigo.

No ano de 2008, é lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que assume, de forma mais contundente o movimento mundial pela inclusão, compreendendo-o como “uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (Brasil, 2008, p. 5).

Mais atualmente, foi instituída a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Em seu Art. 27, preconiza que o acesso à educação é direito da PCD, sendo assegurados pelo sistema educacional inclusivo, e configurando como dever do Estado, da comunidade escolar e da família da PCD, a garantia do acesso à educação de qualidade, à sua integridade, mantendo-a segura de qualquer violência, negligência ou discriminação (BRASIL, 2015).

Em relação às pessoas com autismo, temos a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em 8 de janeiro de 2020, é criada a Lei nº 13.977 para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).

Embora sendo todas as legislações citadas acima grandes marcos na história da educação das pessoas com deficiência, apenas as legislações não asseguram, na prática, que estes educandos/as aprendam de fato. Contudo, se sabemos que a falta de estrutura das escolas é uma realidade a ser considerada, também sabemos que a cultura das escolas regulares tem dificuldade de inserir aqueles/as estudantes que diferem de uma suposta normalidade.

Em contraponto, acredita-se que a escolarização é uma importante estratégia para o desenvolvimento da pessoa com TEA, visto que há estudos que analisam que técnicas comportamentais e educacionais, realizadas em sala de aula, possibilitam que a criança neste espectro tenha maior chance de trocar com outros colegas fora do TEA, fator mais beneficiador para seu desenvolvimento. Por outro lado, as crianças sem TEA podem também se beneficiar de processos pedagógicos diferenciados, além de terem a oportunidade de aprenderem a conviver e respeitar a diversidade humana.

A criação de estratégias educacionais que contribuam para efetivação da inclusão requer um preparo não apenas da escola – como instituição –, mas também dos profissionais, do corpo docente em que nela atuam. O professor da educação especial que visa contribuir para a educação inclusiva precisa ter conhecimentos sobre a organização da sala de aula, das estratégias pedagógicas para que a transposição didática e a transformação do conhecimento científico em saber possam ocorrer, viabilizando o acesso para todos e todas as crianças – inclusive aquelas que tenham alguma deficiência. Desse modo, a escola poderia ser um ambiente em que os/as educadores/as aproveitariam para aperfeiçoar suas práticas, melhorando ainda mais o processo de ensino-aprendizagem.

Fugir da visão tradicional da educação regular; rever as formas excludentes de lidar com as pessoas com deficiência; remover o olhar de sua condição e/ou limitações delineadas por certas dificuldades de adequação à sala de aula regular – como pode ocorrer no processo de integração -; criar maiores possibilidades para se efetivar a compreensão dos conteúdos tratados em aula e realizar adaptações curriculares sempre que necessário seriam importantes atitudes e estratégias que contribuiriam para a participação e efetivação da aprendizagem dos/as alunos/as em sala de aula.

### 3.1. ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO

Se já sabemos que o papel da escola é mais que fundamental – principalmente na Educação Infantil, fase primordial de desenvolvimento expressivo-motor, socioafetivo, cognitivo e linguístico, e onde ocorre os primeiros contatos entre as crianças fora do grupo familiar – no desenvolvimento de pessoas com o TEA, é neste momento no qual o corpo docente da escola deve começar a pensar nas estratégias de inclusão para que não haja dificuldades de convívio, trocas e mediações entre as crianças.

Para efetivar a inclusão educacional desses meninos e meninas, não basta apenas inseri-los/as nos grupos de crianças neurotípicas, pois sem a intervenção adequada, essa criança tem a tendência de se manter isolada do resto, se autoestimulando com seu padrão de comportamento usual. Por isso, a principal medida a ser tomada pela escola regular é implementar a presença de um mediador escolar para acompanhar as crianças em suas especificidades, caso estas assim necessitem. É importante ressaltar que a presença de um mediador é garantida por meio da Lei Federal 12.764/2012 que declara: “*Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista [...] terá direito a acompanhante especializado*”.

O mediador escolar funcionaria como um intermediário nas questões sociais e de linguagem das crianças, sempre monitorando e dando assistência especialmente para as crianças com o transtorno do espectro autista, em suas participações em brincadeiras e atividades sociais e pedagógicas, como essa deve se comportar e se relacionar com seus iguais nesse momento de atividade, e juntamente a isso, o que se espera dela em determinadas situações.

As intervenções quando praticadas diariamente com intencionalidade, sistematizada e com planejamento das ações, trazem benefícios significativos para a melhora do quadro de autismo, independente do grau de severidade. São muitos os prós a respeito do papel do mediador escolar, entretanto, o custo para pôr essa medida em prática, se levarmos em consideração a realidade e a condição da educação pública, resulta sendo desinteressante por parte de gestores que se pautam numa visão neoliberal da Educação, pois os custos da implementação são muito altos. Isso ocorre porque se entende a Educação pública a partir de uma lógica mercadológica de custo/benefício e não como um direito de todo e qualquer cidadão

Alguns métodos são mais difundidos para se trabalhar com pessoas com TEA, tal como o TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à

Comunicação) que tem seus princípios baseados na teoria comportamental. O uso de Tecnologias Assistivas (TA) também pode beneficiar a aprendizagem dessas pessoas. Outro muito difundido, pois seu primeiro estudo é datado de 1949, é a Análise Comportamental Aplicada ou Applied Behavior Analysis (ABA) que se constitui como um conjunto de tecnologias que são utilizadas para realizar uma intervenção individualizada<sup>6</sup>. É importante ressaltar que métodos como TEACCH e ABA estão mais relacionados ao campo da saúde, mas têm repercussão entre professores.

Apesar de saber que há outros, queremos destacar aqui o que Tony Attwood, um dos pioneiros a escrever sobre a Síndrome de Asperger – síndrome abarcada ao TEA no Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais em sua 4ª edição, mas abolida em resultado da criação do CID 11 e DSM V – propõe: um guia para responsáveis e profissionais que lidam com crianças e jovens com esse transtorno (**Tabela 2**).

**Tabela 2 – Estratégias Educacionais**

<b>Estratégias para o comportamento social</b>	<b>Estratégias para a linguagem</b>	<b>Estratégias para interesses e rotinas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensinar a iniciar, manter e finalizar o jogo social; ser flexível, cooperativo e compartilhar.</li> <li>• Estimular a observação comportamental de outras crianças para indicar o que fazer e ensinar a como se relacionar com elas.</li> <li>• Encorajar a participação em jogos cooperativos e competitivos.</li> <li>• Mostrar que atitudes sociais podem ser adaptadas.</li> <li>• Explorar calmamente as emoções; ensinar a como ler e responder às mesmas.</li> <li>• Auxiliar na expressão de emoções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensinar marcadores para início da conversação.</li> <li>• Explicar metáforas e figuras de estilo para que não haja interpretação literal.</li> <li>• Ensinar como modificar o ritmo e as variações de frequência para demonstrar emoções.</li> <li>• Discriminação auditiva e sensorial encorajar a solicitar ajuda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilitar a conversação aproveitando assuntos de seu interesse.</li> <li>• Insistir no compromisso e ensinar noção de tempo para reduzir ansiedade.</li> <li>• Estimular o faz de conta.</li> <li>• Impor rotinas para viver de forma mais previsível.</li> </ul>

*Fonte: MOUSINHO, Renata; GIKOVATE, Carla. Espectro autístico e suas implicações educacionais. Revista Sinpro.*

<sup>6</sup> Acesso ao site <https://www.grupoconduzir.com.br/aba-tratamento-autismo/>, 06/03/22, às 22:08.

Além dessas, o currículo pode e deve ser adaptado, sempre que necessário. As adaptações curriculares são estratégias e critérios para atuação docente. Adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos são possibilidades de atuar frente às dificuldades e potencialidades do aluno, ensiná-lo de outra maneira ou tornar o ensino compreensível diante de suas especificidades. As adaptações curriculares possibilitam a organização do ensino de maneira flexível e dinâmica, devendo ser planejada em conjunto entre os professores de AEE (atendimento educacional especializado) e do ensino regular, contribuindo para as possíveis aprendizagens de todos os alunos envolvidos no processo de escolarização.

Os educadores que atendem pessoas com o TEA precisam estar sempre atentos e compreensivos às peculiaridades da rotina da pessoa acometida pelo transtorno. É fundamental também que a saúde e a educação andem de mãos dadas para que esta pessoa com TEA seja compreendida em sua integralidade. Os profissionais da educação e da saúde têm papel fundamental no auxílio ao desenvolvimento desses indivíduos, promovendo seu bem-estar e qualidade de vida, que é direito de todos.

Do ponto de vista da mediação pedagógica, será o Plano Educativo Individual (PEI) que poderá fornecer a este estudante um planejamento que corresponda às suas necessidades e potencialidades. Para tanto, o PEI deverá ser construído com os profissionais da escola envolvidos na educação desse educando – seja a professora do ensino regular, da sala de Atendimento Educacional Especializado, entre outros/as educadores/as – em diálogo com o próprio educando e sua família. Deverão ser traçados, portanto, os objetivos do desenvolvimento, da aprendizagem, os tempos educativos, as metodologias que serão utilizadas e os recursos necessários. Assim, todos os profissionais da Educação, junto à família, poderão dialogar, potencializar o desenvolvimento e replanejar os processos educativos.

#### 4. CONCLUSÃO

A educação inclusiva começa a prover resultados quando um indivíduo que não precisa de atenção especial começa a desenvolver a capacidade de entender e reconhecer o outro de maneira interativa e acolhedora, em que se possa compartilhar e trocar com o diferente e aprender a partir da diversidade humana que, como citado ao longo desse estudo, é o elemento constituinte da nossa sociedade.

Nesse estudo foi conceituado e identificado as muitas particularidades do Transtorno do Espectro Autista, e as peculiaridades no comportamento e nas interações sociais da pessoa com esse transtorno. Sabe-se que houve um longo percurso até os dias atuais, e que são grandes as lutas das pessoas com deficiências. Há ainda muito a percorrer: os ambientes escolares que são genuinamente ambientes de mediação se tornaram essenciais para o desenvolvimento de pessoas com deficiência e acometidas por transtornos, e nossa defesa, nossa luta é de os marcos e a práxis a favor da educação inclusiva apenas cresçam.

Os conceitos de segregação, integração e inclusão foram delineados, cumprindo com um dos objetivos desse projeto, juntamente com as bases legais que nos possibilitou a compreender o histórico dos grandes marcos na educação inclusiva, e quanto tempo levou para chegarmos onde estamos hoje. As estratégias de inclusão investigadas e identificadas nesse estudo foram selecionadas pensando em forma as escolas ou profissionais da educação poderiam se beneficiar e para além disso, se informar e aprender através das informações deixadas nesse projeto.

Esse estudo nos possibilitou compreender que pensar em inclusão e incluir se refere não somente à pessoa com deficiência, mas se converte em qualidade educacional para todos e todas sem exceção.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5. Rev. bras. ter. comport. cogn. São Paulo, v.16, n. 1, p. 67-82, abr. 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151755452014000100007&lng=p&t&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151755452014000100007&lng=p&t&nrm=iso)>. Acesso em: 25 julho de 2021.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990. \_\_\_\_\_. a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.
- BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2016, v.24, n.91, pp.359-379. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000200005>>. Acesso em: 25 julho de 2021.
- COLL, C; PALÁCIOS, J; MARCHESI, A. Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GADIA, Carlos A; TUCHMAN, Roberto; ROTTA, Newra T. Autismo e doenças invasivas do desenvolvimento. Jornal de Pediatria. 2004.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso e MIOTO, Regina Célia Tamasso; Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Ver Katál. Florianópolis. v. 10. n. esp. p. 37-45. 2007.
- MAIA, Gabriela da Silva. A inclusão de autistas nas salas de aulas normais: desafios e possíveis maneiras de vencê-los. Revista Caparaó. 2019.
- MANTOAN, Maria Teresa. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade LEPED/UNICAMP, 2002. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso em: 19 de julho de 2021.
- MANTOAN, Maria Teresa. “INCLUSÃO ESCOLAR: O que é?”. INCLUSÃO ESCOLAR: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, pp. 13-17. 2003. Disponível em:<<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>> Acesso em: 18 de outubro de 2021.
- MARQUES, Patrícia Batista; Castanho, Marisa Irene. O que é a escola a partir do sentido construído por alunos. São Paulo: Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. 2011. Disponível

em:<<https://www.scielo.br/j/pee/a/cFhY4m7NZp6Q3YCCxgtMkcb/?lang=pt&format=pdf>>  
Acesso em: 18 de outubro de 2021.

NILSSON, Inger. A educação de pessoas com desordens do espectro autístico e dificuldade semelhantes de aprendizagem. *Temas sobre Desenvolvimento*, v.12, n.68, p.5-45, 2003

OLIVEIRA, Guiomar. Autismo: diagnóstico e orientação. Parte I – Vigilância, rastreamento, e orientação nos cuidados primários de saúde. Sociedade Portuguesa de Pediatria. 2009.